
APRESENTAÇÃO

A Revista Direitos Emergentes na Sociedade Global, vinculada ao Programa de Pós-graduação Strictu Sensu (Mestrado em Direito) da Universidade Federal de Santa Maria, tem como objetivo divulgar trabalhos científicos em nível de pós-graduação (latu e stricto Sensu) inseridos nas seguintes linhas temáticas: a) Direitos da Sociobiodiversidade e Sustentabilidade; b) Direitos na Sociedade em Rede.

Contamos no presente número, com a participação de autores internacionais, de países como Chile, Portugal, Costa Rica e México; e de autores nacionais, dos estados de Rio de Janeiro, Paraná, São Paulo, Pará e Minas Gerais.

Nesta edição, Juan Pablo Vásquez Bustamente da USACH -Chile contribuiu com o artigo “Elementos y claves al calor de la conflictividad, para una perspectiva latinoamericana en el debate ambiental: el caso de la iniciativa Yasuni Itt”, que versa sobre o debate público gerado a partir do reconhecimento da Crise Ambiental Global como fenômeno problemático da realidade mundial contemporânea, denominado Debate Ambiental, questionando qual é a posição dos países latinoamericanos neste debate.

O Professor da Universidade del Sur, Alfonso Jaime Martínez Lazcano, apresenta o artigo intitulado “Principios jurídicos de la Convención Americana de Derechos Humanos y su aplicación en los casos mexicanos”, oportunizando uma compreensão dos princípios que são invocados e utilizados pelas partes na Comissão Interamericana de Direitos Humanos e o próprio tribunal interamericano, nos casos em que o México foi condenado pela Corte.

O artigo “Direito dos povos tradicionais no Supremo Tribunal Federal: uma análise da terra indígena Raposa Terra do Sol”, de autoria de Eliane Moreira, Professora da Universidade Federal do Pará, Isabela Canto, Luiza Melissa Pimentel, Patrícia Aquino e Rayza Alves, discentes do curso de Direito da Universidade Federal do Pará, apresenta uma análise das decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal Brasileiro no que concerne aos direitos dos povos tradicionais.

O artigo intitulado “A (in)efetividade do Habeas Data como garantia da proteção de dados pessoais no STF”, da autoria de Jéffson Menezes de Sousa, mestrando em Direito Humanos da Universidade Tiradentes, Marco Aurélio Rodrigues da Cunha e Cruz,

professor da Escola Superior Associada de Goiânia e Liziane Paixão Silva Oliveira, coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Tiradentes, apresenta um estudo da garantia constitucional do Habeas Data como meio de efetivação do direito à proteção de dados pessoais, analisando os julgamentos mais significativos sobre o tema proferidos no Supremo Tribunal Federal.

Cícero Krupp da Luz e Robson Soares Leite, Doutor em Relações Internacionais da Universidade de São Paulo e Mestre em Direito pela Faculdade de Direito do Sul de Minas, respectivamente, contribuíram nessa edição com a produção do artigo denominado “O Estado de exceção nos Jogos Olímpicos Rio-2016: a violação de direitos ambientais no caso do campo de golfe”, aborda o novo comportamento biopolítico de estado de exceção normativo em decorrência da arquitetura jurídica constituída para dar suporte a realização de megaeventos no Brasil.

Promovendo uma reflexão sobre a responsabilidade civil dos usuários em relação à manifestação de opiniões direta e indiretamente disponibilizadas no ambiente virtual, principalmente em relação ao abuso do direito de expressão, em especial o cyberbullying, tem-se o artigo intitulado “Sociedade de rede e as novas formas de relação humana: cyberbullying e outros abusos do direito de expressão”, de autoria de Carlos Alberto Ferreira, Doutor em Ciência da Informação, Renata Fontenele Padula Maciel, Pedagoga e Soraya Victoria Goodman, Mestre em Direito Constitucional.

O artigo “Assédio Moral no serviço”, desenvolvido por Saulo Bichara Mendonça, Professor de Direito Empresarial Econômico na Universidade Federal Fluminense - UFF, e Ana Carolina Carvalho Barreto, Mestra em Políticas Sociais pela Universidade Estadual no Norte Fluminense, discute a necessidade de se proceder com a devida necessária lisura, probabilidade, civilidade e urbanidade, nas relações interpessoais profissionais que se desenvolvem em sede de serviço público, em respeito à integridade moral do cidadão trabalhador servidor público.

As autoras Adriana de Lacerda Rocha, Doutora em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina, e Karla Ulman da Fonseca, Mestranda em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, contribuíram com esta edição com trabalho “O professor de direito reflexivo exemplarista e o papel de educador para concretização da consciência ambiental” relaciona o papel do professor de Direito no que tange à concretização da consciência ambiental.

Por fim, a resenha intitulada “Recensão a Neil Walker, Intimations of Global Law”

de Artur Flamínio da Silva, doutorando em Direito da Universidade Nova de Lisboa, aborda as principais concepções de Neil Walker, em especial sobre o fenômeno normativo que transcende a compreensão da normatividade centrada unicamente no Estado-Nação.

Boa leitura!

Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch

Prof^a. Dr^a. Rosane Leal da Silva

EDITORES - REDESG